

# A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

COORD.  
CLÁUDIA PINTO RIBEIRO  
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

Título: *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*

Coordenação: Cláudia Pinto Ribeiro  
Francisco Miguel Araújo

Fotografia da capa: fac-símile do «Projecto da Escola Municipal “Pinto Mourão”, lugar de Laborim de Baixo»  
(Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

Design gráfico: Helena Lobo | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-70-8

Depósito Legal: 426971/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Porto

Junho 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

Apoios: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner; HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal.

# A EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA (1880-1930): PROJETO E BALANÇO DO ESTUDO DOUTORAL\*

EVA BAPTISTA

**Resumo:** Este estudo enfoca o ambiente pedagógico e educativo de Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, na sequência do projeto de doutoramento em História, a ser desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Na procura da reconstituição e análise do perfil educativo do concelho e das suas dinâmicas organizacionais, cartografando o processo de escolarização e identificando os seus principais agentes educativos, divulgamos ainda algumas das considerações parcelares desta investigação em curso. Nomeadamente, entre outras, as valências das iniciativas individuais e filantropias educativas e a influência do ideário republicano na escola e na escolarização de Vila Nova de Gaia nesse âmbito cronológico.

**Palavras-chave:** *Educação; Republicanismo; Vila Nova de Gaia; Filantropia.*

**Abstract:** Drawing upon a doctoral research project being developed at the Faculty of Arts of the University of Porto, this brief essay expounds on the complexity of the teaching and educational context in the council of Vila Nova de Gaia between the late 19th and the early 20th centuries. It focuses on outlining this municipality's educational profile and its organisational dynamics through the geographic charting of schooling and the pinpointing of outstanding individualities as educational agents. Following preliminary research findings, we pay close attention to educational philanthropy and the influence of republican ideology in schooling and instruction in Vila Nova de Gaia during the time period under consideration.

**Keywords:** *Education; Republicanism; Vila Nova de Gaia; Philanthropy.*

---

\* Estudo elaborado no âmbito do projeto “Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX” (PTDC/MHC-CED/0893/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo doutoral que estamos a desenvolver tem como universo de análise o território de Vila Nova de Gaia, durante o período decorrente entre 1880 e 1930. A investigação visa a compreensão de um crono-espaço alargado (município educativo) e enfoca-o nas suas diversas dimensões (legislação, espaços, atores, intenções, ações e sinergias). Em termos metodológicos, cruza fontes documentais (decretos, atas, estatutos, censos, relatórios, ofícios, inventários), sitas em arquivos centrais e institucionais (alguns inéditos), com fontes hemerográficas (jornais e almanaques). Em relação à Imprensa, são objeto do nosso estudo alguns periódicos de incidência geográfica gaiense, na sua maioria, de curta duração e de diferentes orientações ideológicas.

Fruto da pesquisa documental e bibliográfica já efetuada, em particular, no que se refere à documentação sita no Arquivo Sophia de Mello Breyner da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e às monografias etnohistóricas das freguesias do concelho, foi-nos possível chegar a algumas considerações sobre o panorama educativo gaiense, no que respeita à influência do republicanismo na construção e sustento de escolas, mas também nas próprias vivências quotidianas e pedagógicas.

## 2. REPUBLICANISMO E EDUCAÇÃO

Falar de interesse por uma educação universal (para todos os grupos sociais e para ambos os sexos) é falar de ideais positivistas reivindicados, em finais do século XVIII, pela Revolução Francesa. Ideais estes assentes na convicção de que a instrução levaria ao progresso e que estes, simultaneamente, conduziriam a Humanidade a um estágio de felicidade plena, proporcionada pela igualdade, justiça e harmonia. A Revolução Industrial, por seu turno, transportou para o plano educativo a necessidade de preparar indivíduos/técnicos especializados capazes de acompanhar o progresso industrial. Aliás, esta dupla vertente – cidadãos/trabalhadores –, «vai nortear o pensamento dos pedagogos republicanos portugueses»<sup>1</sup> na viragem para o século XX.

Logo após a guerra civil, o país procurou edificar uma nação liberal e, entre outras medidas, tornou-se um dos primeiros a decretar a obrigatoriedade escolar (1835). Porém, os dados estatísticos publicados a partir da segunda metade de

---

<sup>1</sup> PROENÇA, 2014: 9-10.

Oitocentos, descortinaram um embaraçante quadro de analfabetismo por todo o país. Esta questão veio despoletar um largo conjunto de medidas, por parte das elites políticas e intelectuais, com vista à alfabetização dos portugueses. Neste movimento a Maçonaria teve um papel relevante, fosse sob o impulso e/ou investimento continuado das suas lojas, através dos seus membros em instituições para maçónicas, ou de forma indireta nas suas esferas profissionais. Nesta luta pelo alfabetismo, além das escolas oficiais, nasceram diversas experiências educativas promovidas por: «sectores políticos e sociais muito diversificados – do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade»<sup>2</sup>.

O esforço pró educacional, verificado desde meados do século XIX, não se cingiu à esfera dos republicanos, mas estes destacaram-se na união de esforços em favor de uma nação mais instruída e mais educada. Efetivamente, a luta pela alfabetização vai ser uma das suas grandes bandeiras, antes da implantação da República e durante os 26 anos da sua turbulenta existência. Para estes, «o homem vale pela educação que possui»<sup>3</sup>, mote que explicava a indispensabilidade da alfabetização como condição para uma participação consciente na vida pública. O cidadão republicano deveria ser igualmente exemplar do ponto de vista da sua moralidade, pelo que se desenvolveu todo um projeto de regeneração individual e social para combater os “males” e “vícios” de que padecia a sociedade portuguesa<sup>4</sup>.

Neste contexto, e uma vez que os estudos pedagógicos e científicos da época acreditavam que a idade da escolaridade primária era a mais adequada para se exercer o poder transformador da ação educativa, a escola/instrução primária era, então, vista como a oficina onde se moldaria um novo português: republicano, patriota, competente para intervir na vida democrática. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a Escola afigurava-se um novo tipo de “templo”, criador de autênticos cidadãos, um reduto de esperança para uma sociedade mais justa e igualitária. Várias foram as escolas criadas um pouco por todo o país, incluindo no município gaiense os estudos de caso que apresentaremos: Cabanões, Palheirinho (Avintes) e Manuel Pinto Mourão (Mafamude).

---

<sup>2</sup> PINTASSILGO, 2012: 3.

<sup>3</sup> Frase constante do preâmbulo do decreto de 29.03.1911 (*Apud* ADÃO *et. al*, 2012: 5).

<sup>4</sup> PINTASSILGO, 2012: 3.

### 3. DUAS ESCOLAS EM AVINTES: CABANÕES E PALHEIRINHO

*E eis aí a obra-prima da freguesia de Avintes! O seu melhor título de glória, a mais eloquente afirmação do seu progresso – o edifício escolar!*

*A construção deste edifício, levada a cabo à custa de enormes sacrifícios, e à força de muita abnegação e trabalho, marca um período novo na história da freguesia de Avintes; e por ela se poderá avaliar, o quanto pode este povo quando se compenetra bem dos seus deveres, procura melhorar as suas condições, fazendo progredir a sua terra<sup>5</sup>.*

Este era o sentir republicano da época, neste caso, o de Inocêncio Osório Lopes Gondim, natural de Avintes, uma freguesia que escapava ao isolamento do interior do concelho pela proximidade ao rio Douro. Filho de um professor diplomado, médico de profissão, é uma das grandes vozes proto republicanas gaienses, chegando a ser presidente da sua vereação em alvares da República<sup>6</sup>.

A sua dissertação inaugural, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto – *Luz natural e artificial das escolas* – insere-se no contexto do movimento higienista verificado em Portugal na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, e que visava ensinar a sociedade a viver segundo novos hábitos, profiláticos e favorecedores de boa saúde em casa, no trabalho, na escola e na rua. Nesse estudo deixa perceber a sua adesão aos ideais positivistas que o republicanismo português veio a herdar. Na sua opinião, a Revolução Francesa tinha trazido a Liberdade e esta a difusão da instrução nas massas populares que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento das ciências, das artes, da indústria e do comércio. «Um sistema de instrução pública bem organizado é certamente o mais poderoso meio de fazer prosperar um povo, de guardar e consolidar a sua liberdade»<sup>7</sup>. Na sua convicção era: «indispensável a vulgarização da instrução»<sup>8</sup>, porque o povo com o Liberalismo tinha sido chamado a intervir diretamente no seu destino. São perceptíveis o entusiasmo e a esperança que via na escola e na educação, conducentes a uma sociedade mais igualitária e pacífica:

*Auxiliai, pois, o desenvolvimento das escolas! Edificai-as, multiplicai-as até ao infinito! Difundi por toda a parte a instrução! Levai-a sobretudo às últimas camadas sociais, àquelas que mais precisam de luz!*

---

<sup>5</sup> GONDIM, [s.d.]: 60.

<sup>6</sup> Após a implantação da República, foi presidente da comissão administrativa municipal Manuel Ferreira de Castro, que apenas presidiu a duas sessões, tomando posse Inocêncio Osório Lopes Gondim, em 27.10.1910. Sobre as suas práticas em favor da saúde e instrução, vd. CONDE, 2010: 5.

<sup>7</sup> GONDIM, 1887: 19-20.

<sup>8</sup> GONDIM, 1981: 2.

*Abri as portas das escolas, que se fecharão um dia as portas das cadeias! Ensinai os desprezados da fortuna, e tombarão de vez a força e a guilhotina! Fazei calar bem fundo no ânimo do Povo as noções de Justiça e do Direito, e extinguir-se-á a maior monstrosidade que a raça humana tem praticado desde o seu berço – a guerra<sup>9</sup>!*

Gondim defende a necessidade de a escola desenvolver o espírito, mas também o corpo<sup>10</sup> e tece considerações sobre doenças do foro oftalmológico, ortopédico e psicológico que se podem desenvolver face à falta de condições adequadas na sala de aula<sup>11</sup>, detendo-se na questão da luz<sup>12</sup>:

*Pois o edifício que uma aldeia destas apresenta aos seus alunos, a 150 crianças, que não de vir a ser um dia 150 cidadãos da pátria, era até agora uma casa que serviu em tempos antigos de cadeia, e que recebia a luz e o ar por duas pequenas janelas! Depois quando esta espelunca já ameaçava ruína, quando a chuva já entrava a jorros pelo telhado, e o soalho carcomido e esburacado estava já quase intransitável, mudaram então a escola para uma casa que pertencia a um convento, e que recebe a luz por uma janela só! 150 alunos escrevem e leem á luz que lhes fornece uma superfície de 2 metros quadrados! Logo por baixo, e contíguo á escola, fica o cemitério da freguesia<sup>13</sup>...*

Com efeito, à luta contra o analfabetismo juntava-se a luta por espaços de aula condignos e adequados à prática do ensino-aprendizagem. Neste contexto, chegavam à escola questionários que inquiriam sobre a posição das janelas e as condições de luz das salas, sobre a eventualidade da existência de vizinhança «inconveniente para a higiene ou moral» e sobre a cubagem das salas<sup>14</sup> e as escolas que iam sendo edificadas ou adaptadas, passam a incorporar materiais para o melhoramento das condições de conforto e de higiene na sala de aula e, ainda, materiais pedagógicos com vista à educação de hábitos saudáveis<sup>15</sup>.

---

<sup>9</sup> GONDIM, 1981: 8.

<sup>10</sup> GONDIM, 1887: 20.

<sup>11</sup> GONDIM, 1887: 29-58.

<sup>12</sup> GONDIM, 1887: 59-93.

<sup>13</sup> GONDIM, 1887: 25.

<sup>14</sup> O professor em funções na escola do Palheirinho, Augusto Ladeiro, responde que a casa tem uma só sala para aula; as condições e luz são boas, e a posição das janelas é ao norte, sul e oriente; a casa da escola é isolada, não tem jardim nem vizinhança incómoda; a cubagem da escola é de 398m<sup>3</sup>, sendo a relação da cubagem da sala da escola com a frequência de 5 a 6m<sup>3</sup> de ar por aluno. Vd. Acervo Documental Agrupamento Fernando Guedes/ Escola do Palheirinho (ADFG/EP) – *Livro de Correspondência expedida* (1897-1905), 18.01.1905 e 21.01.1905).

<sup>15</sup> Como aconteceu na escola supracitada: três transparentes (para graduar a luz das janelas), 3 escarradeiras, um tapete em capacho e iluminação a gás (para o curso noturno), em 1907; lavatório completo, em 1911; uma coleção de quadros de propaganda antialcoólica, em 1916. Vd. ADFG/EP, *Inventário de mobília escolar*. Avintes (1902-1931).

No território em estudo, verifica-se que grande parte das escolas, funcionava em instalações alugadas, sem condições para a função educativa e que a rede escolar estava, na maioria dos casos, desajustada às necessidades da população (tabela 1). No início do século XX, em Vila Nova de Gaia, apenas cinco das suas vinte e três freguesias tinham escolas oficiais em instalações próprias destacando-se, neste panorama, Avintes com dois casos – Cabanões e Palheirinho –, escolas estas que percorreram um caminho educacional paralelo e cooperativo nas primeiras décadas das suas existências, como adiante veremos.

Nos dois últimos censos do século XIX (1890 e 1900), esta freguesia era a terceira mais populosa do concelho, mas a pressão demográfica não determinou por si só a construção de escolas. Espelha também gestos caritativos comuns nesta época que visavam promover o progresso e minimizar as desigualdades sociais. Assim, se explica aqui a coexistência de ensino privado<sup>16</sup>, no qual se destaca a escola gratuita para meninas, fundada em 20 de janeiro de 1870, por Manuel Lopes da Costa Soares<sup>17</sup>, onde chegaram a estar matriculadas 90 alunas, com uma frequência diária de cerca de 60<sup>18</sup>.

Tabela 1. Escolas oficiais em Vila Nova de Gaia.

Escolas Oficiais no município de Vila Nova de Gaia – inícios do século XX			
Freguesia	Local	Género	Observações
Avintes	Cabanões	Mista	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
	Palheirinho	Masculino	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
Grijó	Mosteiro	Masculino	Não tem habitações; antiga dependência do Mosteiro
Oliveira do Douro	Outeiro	Masculino	Um só edifício sem habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
		Feminino	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia

<sup>16</sup> Cerca de 1875, Avintes tinha os seguintes professores particulares espalhados pelos lugares da freguesia: Joaquim Pereira Pinto Tavares – Outeiro; Esperança Gonçalves de Oliveira – Areias; António Alves Pereira – Padrão Vermelho; José Rodrigues de Oliveira – Rua Nova; Clementina Amália Viana Coelho – Cabanões. Vd. CORRÊA, 1991: 668-670.

<sup>17</sup> Deixou em testamento a verba de 10.000\$000 reis nominais, cujo rendimento, acrescido de 20\$000 anuais provenientes de um foro, se destinava à remuneração de uma professora que lecionasse o ensino primário e costura; e, à educação, vestuário e sustentação de 4/5 meninas, menores e órfãs, desde os 6 até aos 16 anos, em regime de internato. Segundo a descrição de Gondim, esta aula: «é uma sala quadrada, de 7,5 m por lado, e de 3 m de altura, iluminada por 6 janelas e 2 portas». Cerca de 1919, o rendimento deste legado chegava, apenas, para custear a educação de 3 crianças (GONDIM, [s.d.]: 85, 86). Sobre a história desta escola, Vd. CONDE, 2012: 17-20.

<sup>18</sup> GONDIM, [s.d.]: 86.

Valadares	—	Masculino	Tem habitação; construído com o legado de José Monteiro de Castro Portugal
	Rua Direita	Mista	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
Vila Nova de Gaia	Candal	Mista	Tem habitação; construído pela respetiva junta de paróquia
	Devesas	Mista	Tem habitação; construído pela respetiva junta de paróquia

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 1907.

Foi em julho de 1885 que se inaugurou, em construção própria para o efeito, a escola oficial de Cabanões<sup>19</sup>. Segundo discurso da junta na sessão inaugural, o impulso para a sua edificação foi a lei de 2 de maio de 1878 que obrigava as juntas de paróquia a procederem a estas construções. Com esse objetivo, constitui-se uma comissão que teve como primeiro passo o envio de circulares aos conterrâneos residentes no Brasil<sup>20</sup>. Seguiu-se a angariação na terra, tendo a comissão deparado com alguma desconfiança e resistência à alteração de hábitos seculares:

*Alguma gente ignorante e malcriada, chegou a despedir com grosseria a comissão, dizendo que para as escolas não assinava nada; que não sabia ler, e sempre assim tinha vivido; que seus filhos não precisavam de saber ler, e sobretudo as filhas, porque aprendiam a escrever cartas aos namorados, e depois se perdiam...*

*E a comissão, impotente para desfazer estes acervos de estupidez, retirava-se desgostosa, mas nunca desanimada.*

*O vulgacho, a ínfima ralé (que em toda a parte a há) quando se começou a obra, chegou a fazer a correr à boca pequena o boato, de que aquela casa era para a maçonaria e para não sei que danças e regaletes, dos que se empenhavam na sua construção<sup>21</sup>!*

O maior subscritor para o fundo destinado à construção do edifício foi Francisco Marques Rodrigues, irmão do comendador Isidoro Marques Rodrigues, destacado membro do partido progressista e maçom. O inspetor António Simões Lopes, também maçom, «movido de simpatia pelos esforços que a Comissão fazia»<sup>22</sup>, conseguiu com brevidade, obter do governo a aprovação da planta do edifício e subsídio do Governo. O preço total da obra foi de 7.967\$160 réis, sendo que a quantia de 3.634\$940 foi subsidiada pelo governo, 532\$850 proveio de uma subscrição no Brasil e 3.799\$370 foram angariados em Avintes. Temos vindo a elencar os beneméritos

<sup>19</sup> Neste lugar, em edifício desconhecido, houve escola entre 1800 e 1870. Cf. VAZ, 2015: 12.

<sup>20</sup> VAZ, 2015: 15-16.

<sup>21</sup> GONDIM, [s.d.]: 67.

<sup>22</sup> GONDIM, [s.d.]: 66.

que investiram na educação em Vila Nova de Gaia e importa, desde já, destacar uma característica frequente: os beneméritos com negócios no Brasil (tabela 2)<sup>23</sup>.

Do elenco compulsado também se infere a influência de algumas famílias neste movimento pró-educacional e de que são exemplo os já referidos irmãos Marques Rodrigues<sup>24</sup> e Manuel Gomes Júnior. Este último, enquanto presidente da junta, facilitou a execução de importantes projetos estruturais e, o que aqui nos detém, educacionais. Referimo-nos à fundação das escolas de Cabanões (1885) e do Palheirinho (1897) e ao Club Recreativo Avintense (1889). Casou com a viúva Rosa Gonçalves da Costa, mãe do já referido Osório Gondim, de quem teve Adelino Gonçalves Gomes. Este, por sua vez, chegou a doar à Câmara de Gaia um edifício, no lugar do Magarão, para funcionar como escola na condição de aí lecionar a sua filha<sup>25</sup>.

Tabela 2. Beneméritos de escolas em Vila Nova de Gaia.

<b>“Brasileiros” e a Filantropia Escolar em Vila Nova de Gaia – viragem para o século XX</b>		
<b>Freguesia</b>	<b>Benemérito</b>	<b>Estabelecimento/investimento educativo</b>
	Adelino Gonçalves Gomes	Sustento da escola do Magarão
	Isidoro Marques Rodrigues	Criação da escola de Cabanões e Club Recreativo Avintense
	Francisco Marques Rodrigues júnior	Sustento e criação de Aula Gratuita; apoio da escola de Cabanões, escola Manuel da Costa Soares, aulas de francês e escola do Palheirinho
	Joaquim dos Santos Guimarães	Doação de edifício da escola da Mata
Avintes	João Manuel Gonçalves	Criação da escola do Palheirinho; Club Recreativo Avintense; instituição de 2 prémios escolares para estímulo da educação feminina
	Joaquim de Oliveira Lopes	Legado para criação da escola da Aldeia Nova
	José Caetano Pereira dos Santos	Legado de 50\$000 para escolas paroquiais
	Manuel Lopes da Costa Soares	Criação e sustento da escola Costa Soares
	Manuel Gomes Júnior	Criação das escolas de Cabanões e Palheirinho e Club Recreativo Avintense

<sup>23</sup> A negrito, na tabela 2, os beneméritos “brasileiros”.

<sup>24</sup> Isidoro Marques Rodrigues e Francisco Marques Rodrigues, este financiador da *Aula Gratuita* e de aulas de Francês ministradas por José Mateus Fushini, vd. GONDIM, [s.d.]: 58/59.

<sup>25</sup> Diplomada pela Escola Normal do Porto, em 1918, com a classificação de 11 valores; solteira, de 20 anos de idade, residente em Avintes Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner/Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (AMSMB/CMVNG) – *Escritura de doação de um prédio para servir como escola da localidade* (1921): 43.

Arcozelo	<b>Joaquim Teixeira de Castro, visconde de Arcozelo</b>	<b>Fundação e sustento de escola</b>
Canelas	Luis Benedito Castro Pamplona	Fundação e sustento de escola de instrução primária para os dois sexos
Guetim	<b>João Francisco da Silva</b>	<b>Construção de um salão para a escola oficial</b>
Gulpilhares	António Pinto da Fonseca	Construção de Escola no lugar de Gulpilharinhos
Mafamude	<b>Manuel Pinto Mourão</b>	<b>Legado para construção de uma escola – Escola Municipal Pinto Mourão/ Laborim de Baixo</b>
	José Maria Xavier de Lacerda Lobato de Abreu de Lima	Escola das “Estafinhas”
Oliveira do Douro	Maria Rosa de Barros Costa Bastos	Construção de escola para os dois sexos – escola do Santíssimo Sacramento/ escola da Formigosa, que lega à câmara juntamente com títulos para sustentação do dito estabelecimento
	Manuel de Oliveira Casanova	Doação de mobília para a escola mista a criar no lugar das Alheiras
Pedroso	Joaquim Domingues Barbosa e Ana Dias Moreira	Doação de prédio, onde funcionavam, por arrendamento, as escolas de Alheira
St. <sup>a</sup> Marinha	Joaquim Pereira dos Santos	Doação de mobília e material escolar para a escola mista a criar na Afurada
	António Coelho Moreira	Doação do edifício para escola feminina
Valadares	António Pereira	Construção da escola Noturna do Centro Democrático e Republicano de Valadares
Vilar do Paraíso	<b>António Manuel da Fonseca</b>	<b>Construção da 1.<sup>a</sup> escola primária, que doou ao governo</b>

Fonte: BAPTISTA, [no prelo b].

O processo de construção desta escola em Cabanões em Avintes, foi noticiado numa revista de cobertura nacional<sup>26</sup>. A descrição do projeto mostra a construção de um edifício modelar para servir de escola, com rigorosos estudos na área da iluminação e ventilação, não descurando a higiene e a necessidade de espaço exterior para a prática de exercício. A escola de Cabanões, ao estilo neoclássico, ainda hoje se destaca na paisagem pela imponência da sua elegância que parece destoar numa paisagem rural; um “palácio” construído de raiz para difundir o conheci-

<sup>26</sup> *Occidente*, 1883, n.º 171: 211-213.

mento<sup>27</sup>. Metaforicamente, era uma espécie de templo do saber, ou numa imagem do imaginário contemporâneo, um portal para o futuro. No seu interior a aula do sexo masculino tinha herdado da chamada *Aula gratuita* (1868-1874) toda a sua mobília e material didático, que consistia numa coleção composta por seis mapas geográficos de grande formato, acrescida de um novo globo terrestre. Estes materiais foram oferecidos por Francisco Marques Rodrigues, que também mobilou a aula feminina da mesma escola. Nas paredes da sala pendiam dois diplomas do prémio «Luís de Camões», atribuídos pelo Club de Gaia, motivo de orgulho e de propaganda à competência da professora.

Em relação à escola do Palheiro, foi inaugurada em 6 de dezembro de 1897, mostrando fragilidades de construção logo no seu primeiro inverno de existência. Com efeito, a natureza da cobertura do edifício (lousa) revelou-se problemática: frágil às intempéries, permeável à água e à temperatura<sup>28</sup>. Através do acervo documental desta escola foi-nos possível acompanhar o historial do seu espólio, no que concerne ao mobiliário e material didático-pedagógico, desde a sua fundação até 1931. Verificamos que a escola abriu as suas portas desprovida inteiramente do material indispensável para o ensino. A primeira professora, Quitéria Júlia de Sousa, adquire a expensas próprias material diverso (de escrituração, tinteiros e tintas) e relata as dificuldades do seu trabalho, solicitando à vereação outro material que considerava indispensável (tabela 3):

*Completamente impossível, apesar de muito trabalho, poder ensinar devidamente as crianças; sem os competentes mapas geográficos, não lhes posso ensinar corografia, sem o quadro dos pesos e medidas, não lhes posso ensinar sistema métrico, etc. [...]*<sup>29</sup>.

Através deste livro de inventário, embora com registos irregulares<sup>30</sup>, percebemos que as existências deterioradas pelo uso, fraca qualidade dos materiais e/ou por ataque de ratos, dificilmente eram substituídas. Infere-se, também, que o mobiliário escolar circulava entre as escolas, de acordo com as necessidades prementes<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> A fachada do edifício deixava antever às três divisões internas. Duas pilastras de granito dividem-na em três partes, das quais a do nascente pertence à aula do sexo masculino, a do poente à de meninas e a central à biblioteca. Na platibanda do edifício encontram-se quatro vultos da cultura portuguesa: Alexandre Herculano, Camões, Garrett e Castilho, cf. GONDIM, [s.d.]: 61.

<sup>28</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 05.06.1902; 30.03.1903.

<sup>29</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 03.02.1898.

<sup>30</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1931): 1902, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1914, 1915, 1916, 1918, 1919, 1928, 1929, 1930, 1931.

<sup>31</sup> ADFG/EP – *Inventário de Mobília Escolar. Avintes* (1902-1931). A professora Maria de Almeida Gomes, em 1918, regista no *Livro de Inventário* a chegada de carteiras provenientes da escola móvel de Sandim, sendo que as mesmas saíram no início de 1919 para a escola feminina de Coimbrões.

Tabela 3. Lista de material escolar requisitado pela Prof.<sup>a</sup> Quitéria Júlia de Sousa.

«Material indispensável para a escola do sexo masculino em Avintes» (1898)			
N.º	Descrição	N.º	Descrição
10	Quadros parietais (Simões Lopes)	2	Mapa de Portugal, falante e mudo
1	Quadro preto	1	Coleção de sólidos geométricos
1	Contador mecânico	1	Globo terrestre
1	Quadro de pesos e medidas	2	Tinteiros
1	Caixa para o ensino prático do sistema métrico	2	Compêndios de Desenho (Simões Lopes)
1	Estojo para o ensino do desenho geométrico: esquadro, régua, transferidor e compasso		

Fonte: ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida*: 1897-1905.

Em 1903, foi aqui colocado o professor Augusto Ladeiro habilitado ao magistério primário pela respetiva escola distrital da Guarda e antigo bolseiro no estrangeiro na Suíça<sup>32</sup>. Nessa condição frequentara o curso da Escola Normal de Lausanne e os cursos de Psicologia, Fisiologia e Pedagogia da Universidade de Lausanne e o de Trabalhos Manuais em Lion.

Em 1906 lecionou gratuitamente um curso noturno cuja iniciativa deu origem à sua oficialização e funcionamento regular. Em 1 de janeiro de 1905, por sua iniciativa, mas superiormente autorizado, realizou na escola do Palheiro a primeira festa escolar, com distribuição de prémios aos alunos<sup>33</sup>. Em 1907, levou também a cargo a dinamização de uma subscrição para aquisição de um estandarte para a escola, que fez batizar com o nome de «Democrata» e que passou a ser exibido nos cortejos das festas escolares. Considerava os prémios escolares de pernicioso efeito moral. Tendo a subinspeção de Gaia requerido a listagem dos melhores alunos, o professor responde nestes termos:

*É de 80 o número de alunos que matriculados no ano anterior novamente se matricularam e continuaram a frequentar esta escola no corrente ano letivo. Tantos são pois Exm.º Sr. os que julgo dignos de prémios ou todos ou nenhuns. [...] Porém, como não desejo de modo algum dar causa a complicar ou fazer atrasar o serviço a cargo de V. Ex.ª, antes ao contrário – auxiliar e tanto me for possível; – eu proponho a V.ª Ex.ª para tudo se resolver pelo melhor – distribua para a minha escola 15 prémios, os quais farei sortear pelos respetivos alunos da escola, e como não sei por enquanto a quem tais prémios poderão caber, eis a participação do facto de não enviar a relação nominal que, depois do sorteio, poderei gostosamente satisfazer, se V. Ex.ª assim o ordenar<sup>34</sup>.*

<sup>32</sup> Como pensionista do estado, cumpriu a missão de estudo com excelência. Obteve nota máxima e, em 22.12.1908, o corpo docente das escolas Normais do cantão de Vaud–Lausanne (Suíça) reunido em sessão solene conferiu-lhe um prémio (ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 34-36).

<sup>33</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 34-36.

<sup>34</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 27-28.

Augusto Ladeiro promoveu situações de ensino-aprendizagem inovadoras, tais como, uma excursão e exposição de trabalhos, que destoaram do quotidiano escolar e perduraram na memória da comunidade:

*Os pais dos alunos sabedores á última da hora do entusiasmo que a digressão causava [...] acompanharam-nos também em número de 12. Em Vila do Conde visitamos a Casa de Correção, os estaleiros d'Azurara e Vila do Conde, estudamos as margens do rio (Ave). Visitando também, aqui, como no Póvoa algumas escolas, o mar, etc, etc. Foi uma verdadeira, instrutiva e entusiástica festa»<sup>35</sup>.*

Em Avintes, as ritualizações cívicas de âmbito escolar remontam, pelo menos, à “Festa da Árvore de Natal”, realizada em 1891, promovida pelo Clube Recreativo Avintense, nas escolas de Cabanões. E, não será por acaso, a designação do evento – festa da Árvore de Natal. Por um lado, o gosto burguês que se vai impondo em novos espaços e sociabilidades. Por outro lado, não esqueçamos que dentro da lógica do republicanismo, a escola primária deveria ser independente de qualquer referência religiosa: «considerada anacrónica e incompatível com o progresso»<sup>36</sup>. Por outro lado, a árvore esteve sempre associada à ideia de regeneração, liberdade, solidariedade, etc., e esta será a festividade de maior alcance nas escolas primárias<sup>37</sup>.

Depois de instaurada a República, a Festa da Árvore, por iniciativa maçónica, será mesmo elevada a festividade nacional. Nessa freguesia era celebrada conjuntamente com a outra escola oficial – a escola de Cabanões – sendo que os professores, em harmonia com a doutrina dimanada da inspeção escolar, motivavam pedagogicamente os alunos e organizavam participados cortejos cívicos com a presença da comunidade escolar e de diversas entidades públicas<sup>38</sup>. Mesmo em 1916, quando os efeitos da Grande Guerra se faziam sentir, sobretudo a subida de preços e o desemprego<sup>39</sup>, os professores decidiram, por unanimidade, «efetuar uma festa modesta, sem grandes exterioridades» que se descreve:

*Apenas recebemos a circular número 36 que determinava o dia 27 próximo passado para a realização da festa, tratamos imediatamente de predispor as crianças, levando-as por ensinamentos práticos, ante os viçosos arvoredos que bordam as margens do Febros, a compreender a importância moral, cívica e económica desta festa tão simples na sua*

<sup>35</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 42.

<sup>36</sup> PINTASSILGO, 1998: 256.

<sup>37</sup> PINTASSILGO, 1998: 58.

<sup>38</sup> BAPTISTA, [no prelo a].

<sup>39</sup> Em relatório os professores referem que os seus alunos eram na maioria filhos de operários e que estes sofriam com a crise que se atravessava. Indicam como motivos não só a carestia excessiva dos géneros alimentares, mas também as contínuas greves que a curto prazo só agravavam a situação. ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 15.03.1916.

*essência, mas de grandiosos efeitos na valorização do solo pátrio. Convidamos, em seguida, a fazer-se representar na solenidade a Câmara Municipal, Junta de Paróquia, Club Avintense e todas as agremiações quer políticas, quer mutualistas, desta freguesia. Pelas dez horas formou-se um cortejo organizado pelas crianças da escola número 3 [Palheirinho] com os seus professores, os alunos da I.M.P. com o seu instrutor e uma orquestra, o qual seguiu pela rua da Escola Central até ao edifício das escolas n.º 1 e 2 [Cabanões]. Aí formou-se novo cortejo constituído pelas meninas da escola número 2 com as suas professoras e alunos da escola número 3 com os seus professores, uma orquestra, alunos da I.M.P com o seu instrutor, representantes da Câmara Municipal, Junta de Paróquia, Club Avintense, etc., pondo-se de marcha, seguido de muito povo, ao som da Portuguesa, pela rua da Escola Central, rua do Cinco de Outubro, até ao largo do mesmo nome (Palheirinho). Aqui, o professor Joaquim Artur Teixeira de Magalhães, fez uma alocação alusiva ao ato, ao terminar, entram as crianças acompanhadas pela orquestra o hino à Árvore, em seguida, procedeu-se à plantação das árvores pelas meninas e meninos e alunos I.M.P., entoando as crianças no fim a Sementeira. Recolhendo em seguida o cortejo na sala da escola número 3, e ali acompanhadas pela orquestra na presença de muito povo cantaram as crianças a Portuguesa, a Maria da Fonte, o Hino à Bandeira, a Sementeira, a Esfolhada, o Viva a República e a Moleirinha de Guerra Junqueiro. Finalmente o professor desta escola agradeceu a gentileza que todos os espectadores tiveram em assistir a uma festa tão simples, mas duma nobre e alevantada significação e de efeitos puramente educativos.*

*Eram duas horas, quando findou esta festa infantil, indo as criancinhas a convite de seus professores visitar os seus discípulos enfermos, confortando-os nos seus infortúnios e consolando-os do pesar de não poderem assistir à sua atraente e encantadora festa.*

*Era comovedor ao outro dia presenciar o belo espetáculo que davam as criancinhas, cuidando das plantas, ligando-as mais fortemente às estacas, envolvendo-as num olhar terno e efetuoso só próprio do artista que contempla o primeiro produto da sua imaginação assaz inventiva<sup>40</sup>.*

Neste relato está patente a dimensão pedagógica de que se reveste esta festa. Por um lado, um ideal de educação integral rentabilizada pelas virtualidades de uma educação pela natureza e, por outro, uma nova religiosidade cívica com os seus símbolos, cenários e agentes.

As escolas de Cabanões e Palheirinho uniram-se, outras vezes, para a realização de festas cívicas de consciente e forte impacto na republicanização da comunidade e na própria legitimação da jovem República e das suas ações. É disso exemplo a cerimónia estimulada pelo então inspetor escolar, Reinaldo Vidal Oudinot, designada “Beijo-Infantil” e que consistia na entrega, pelas crianças das escolas, de um alfinete de ouro a um antigo expedicionário. O professor da escola do Palheirinho

<sup>40</sup> ADFG/EP – Livro de Correspondência Expedida (1905-1931): 15.03.1916.

ficou incumbido de identificar na freguesia um antigo combatente em África para que se lhe entregasse, em cerimónia solene, uma condecoração em reconhecimento da sua heroicidade pela defesa da Pátria. Porém, o verdadeiro alcance desta ação estava numa: «magnífica lição de civismo que iria insuflar no seu espírito infantil ideias generosas, desenvolvendo-lhes o santo amor da pátria predispondo-as a heroicas dedicações»<sup>41</sup>.

Para o efeito, os professores das escolas oficiais reuniram-se para planificar o evento. Definiram a data e puseram mãos à obra. Procederam a uma propaganda ativa, abriram uma subscrição, ensaiaram com as crianças a execução de hinos, canções infantis e récitas, conseguiram autorização do proprietário do local Teatro Almeida e Sousa para que aí decorresse o evento e imprimiram convites e bilhetes. A festa reuniu as autoridades locais e muitos espetadores, que assistiram a um espetáculo verdadeiramente galvanizante:

*Realizamos a festa no dia previsto, perante uma afluência de 1500 espectadores de todas as classes sociais, estando os camarotes abarrotados de cavalheiros e senhoras em destaque neste meio social [...]. Imediatamente se destacaram duas meninas cada uma com o seu alfinete e ao som da Portuguesa os colocaram na gravata de cada um dos expedicionários presentes: José Pinto de Castro, casado, ourives, que reside atualmente na rua João de Deus, de Vila Nova de Gaia, e Manuel Pereira Glória, solteiro, marmorista, desta freguesia, havendo nesta ocasião a maior manifestação que se pode imaginar: os espetadores de pé deram uma prolongada salva de palmas, ouvindo-se entusiasmados vivas às nações aliadas, a Portugal, à Pátria e à República, sendo arremessada dos camarotes sobre as crianças e a plateia uma grande profusão de flores, em verdadeiro delírio. [...]*  
*Ato contínuo, convidadas pelas professoras, desceram dos camarotes as senhoras mais gradas desta freguesia e distribuíram um pacote de doces a cada uma destas nossas criancinhas, despejando simultaneamente sobre elas torrentes de caricias. Finalmente a orquestra executou a «Portuguesa» acompanhando também as crianças em coro, e o senhor Ferreira de Guimarães, levantando-se fez um magnífico discurso encerrando a sessão»<sup>42</sup>.*

A “festa” extravasou de tal ordem o âmbito “escolar” que, posteriormente, os professores foram contactados por alguns cavalheiros para a repetir mas apenas com as crianças. Proposta que foi de imediato declinada por se entender inexecutável economicamente. Porém, o “Beijo-infantil” teve um saldo positivo que reverteu a favor de uma cantina escolar projetada pelos professores das Escolas envolvidas e que veio a chamar-se “Amor à Infância”.

A possibilidade da entrada de Portugal na guerra foi um fator de divisão entre os próprios republicanos. Todavia, para muitos correligionários, a participação no

<sup>41</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 24.01.1916.

<sup>42</sup> ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 07.04.1916.

conflito armado legitimava o novo regime perante a Europa e o Mundo, e no dia 9 de março de 1916, a Alemanha “honrou-os” com uma declaração de guerra. Neste contexto, a “Escola” é chamada a servir como instrumento ideológico, no sentido da preparação das mentes para a inevitabilidade da guerra e, mais do que isso, para a gloriosa defesa da Pátria:

*A vida só se sente e se torna bela quando se vive uma liberdade consciente. Quer seja mão estrangeira ou mão de ditador, essa mão é sempre feita de ferro e gelo – ferro que nos tortura e escraviza, gelo que nos insensibiliza e nos mata. Sempre uma agonia a eternizar-se, mas, se temos de morrer moral e materialmente, a única maneira de bem morrer é morrer resolutamente –; E o que é a morte no campo da luta pela liberdade e pelo direito? É o sinal da Recompensa e do Repouso. Oferecer a nossa vida em defesa de nossos filhos, das nossas mães, do nosso lar, da nossa terra, é firmar a continuação da Vida. O professorado primário é hoje uma força apreciável. E ele, só ele, que deve lançar na alma da população rural e urbana um intenso banho de rigorosa luz, plena e de amor pela pátria, elucidando o povo e os seus próprios alunos de que a política alemã absorvente, teocrática, feita de crueldade e de perversões morais, acaba de nos honrar com uma declaração de Guerra. Dizer-vos que ensineis a cumprir um dever, a quem como vós, professores primários, o tendes tão inteligentemente cumprido, é uma superfluidade. É preciso sofrer com resignação heroica para vencer heroicamente – mas é preciso, também, educar bem a Dar, para encarar bem de frente, com um sorriso, o esperado sofrimento. O Receio e o Desespero é a cobardia e o esbarrondadeiro. E quem, nesta hora de incertezas para a Pátria, estimular a mentira do Preconceito, insuflando o fanatismo religioso e político, é um traidor. Ao professorado compete pois arrancar as belidas que escondem a luz da verdade. A V. Ex.<sup>a</sup> solicito a sua colaboração inteligente e cautelosa, que pode exercer-se quer na escola, servindo-se das crianças como transmissoras para os seus lares do amor, do sacrifício que devemos à Pátria ameaçada, quer em palestras ou conferências, preparando-se assim o povo para a resistência e para a gloriosa abalada, quando o dever nos mandar que partamos<sup>43</sup>.*

Cabia, pois, ao professorado preparar a população para «sofrer com resignação heroica» e aceitar «com um sorriso, o esperado sofrimento».

#### 4. A ESCOLA MANUEL PINTO MOURÃO

Esta “malfadada” escola prende-se com o célebre “legado Pinto Mourão”, herança deixada pelo negociante e proprietário: Manuel Pinto Mourão. Nascido em 1842

<sup>43</sup> ADFG/EP – Livro de Correspondência recebia. Escola Elementar para o sexo masculino da freguesia de Avintes Concelho de Gaya 3.<sup>a</sup> Circunscrição Escolar (1905-1919): 25.04.1916.

em Mafamude, no seio de uma família empreendedora, descendente do industrial Francisco Pinto Mourão e irmão de José Pinto Mourão, doador da quantia de 600\$00 ao Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida para a abertura de uma escola. Os seus negócios estendiam-se pelo Douro (Penafiel) e o Brasil, onde se deslocou por duas vezes (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), constituindo por estas paragens a sua pequena fortuna. Demonstrou ser um homem preocupado com as necessidades sociais da sua época, incentivando e apoiando a instrução, a proteção à infância e a criação de mecanismos para minimização da vadiagem e mendicidade<sup>44</sup>.

A freguesia de Mafamude, na viragem do século XIX para o século XX, era uma dessas localidades em processo de transição de uma sociedade camponesa para uma sociedade em vias de industrialização e urbanização, vivendo um período de reorganização social, face à concentração de migrantes rurais, às precárias condições de vida dos operários e ao enfraquecimento das sociabilidades.

A estes custos da industrialização quiseram responder um grupo de empresários e letrados filantrópicos dando-se, no período em foco, uma intensa atividade ideológica e reivindicativa de uma reforma social assente na regulamentação do trabalho e na utopia de criação de uma cidade social<sup>45</sup>. São ecos deste movimento o associativismo de cariz beneficente e cultural que aqui se verificava<sup>46</sup>, atestando a vontade dos conterrâneos em solucionar as carências de uma população crescente e profissionalmente diversificada. Ora, também: «as relações entre a escola e sociedade, passam, então, por uma das modalidades de resposta aos fatores de dissolução social e degenerescência social, como ainda, de prevenção da insegurança e de luta contra o pauperismo»<sup>47</sup>. Assim, a par da alimentação e da assistência médica, uma dessas prementes carências era a instrução, o que explica os diversos atos filantrópicos de incentivo e desenvolvimento em torno da escola e dos alunos, encetados na década de oitenta do século XIX.

O testamento de Manuel Pinto Mourão<sup>48</sup> é exemplo dessa mentalidade que acrescenta à matriz caritativa religiosa, o fomento da instrução como nova forma da prática do bem e como fonte de progresso. De uma forma desinteressada ou procurando a gratidão/reconhecimento póstumo, certo é que a sua última vontade intenta contribuir para o bem social onde se inclui, não apenas, alimentar e vestir

<sup>44</sup> BAPTISTA, [no prelo b].

<sup>45</sup> Cf. AFONSO, 2006: 27.

<sup>46</sup> Cf. SANTOS, 2014.

<sup>47</sup> AFONSO, 2006: 26.

<sup>48</sup> AMSMB/CMVNG – *Testamento de Manuel Pinto Mourão* (1897). À data da realização do testamento (03.07.1897), não tinha herdeiros diretos, pelo que distribuiu a fortuna pelos afilhados, sobrinhos e descendentes de amigos e ainda a várias instituições.

os pobres, tratar e proteger enfermos, viúvas e órfãos; mas também proporcionar condições para que os desfavorecidos pudessem sobreviver de forma honrada através da instrução. Assim, se explicam os avultados legados deste benemérito a instituições assistenciais<sup>49</sup> e a outras, com vista a profissionalizar os desfavorecidos e a minimizar a vagabundagem<sup>50</sup>. O remanescente da sua herança deixou-a à Irmandade do Terço e Caridade do Porto para a instituição do asilo profissional de meninas órfãs “Manuel Pinto Mourão”<sup>51</sup>, cuja corporação vem a desistir, em 1905, de todo o legado: 200.000\$000 em apólices do governo brasileiro, 300\$000 “fortes” e um prédio na Rua Marquês Sá da Bandeira<sup>52</sup>.

Também o legado que é nosso estudo de caso – seis contos de réis para a construção para as escolas paroquiais mistas, em Mafamude – não foi de fácil concretização... Em janeiro de 1904, a câmara municipal, sob a presidência de Joaquim Augusto da Silva Magalhães, dirige uma representação ao Governo informando que tinha sido arrematada a obra de construção do edifício escolar em Mafamude para cumprimento do legado Mourão:

*Havendo cedido terreno preciso para obra de tão alto alcance moral, até à presente data não se deu princípio à mesma obra, que desnecessário será esclarecer pelas vantagens para a freguesia e pela economia que dela resulta das rendas das casas, onde atualmente funcionam as escolas dos dois sexos da mesma paróquia. Acresce ainda a circunstância de ficarem as ditas escolas devidamente instaladas. Por isso esta Câmara solicita de Sua Majestade a graça de ordenar se dê princípio á construção da referida escola<sup>53</sup>.*

Com efeito, data do mesmo ano um processo para construção de uma escola primária, no largo D. Pedro V, com planta assinada por Adães Bermudes, à época diretor das Construções Escolares<sup>54</sup>. Porém dez anos volvidos (1914), a escola continuava ainda sem ser construída. O deputado pelo círculo de Vila Nova de

<sup>49</sup> A saber, a Creche de Santa Marinha, Colégio dos Meninos Órfãos da Graça do Porto, Asilo ou Recolhimento de São João do Porto, Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade do Rio Grande do Sul (Brasil).

<sup>50</sup> Eram elas, a Oficina de S. José no Porto, Albergues Noturnos do Porto, legado para a construção das Escolas Paroquiais de Mafamude e o remanescente para a instituição do Asilo Profissional de Meninas Órfãs “Manuel Pinto Mourão”.

<sup>51</sup> Com as seguintes obrigações em dar a Margarida de Jesus Mourão (sua prima) a quantia de seiscentos reis diários; caso quisesse ela viver no mesmo asilo, dar-lhe-iam casa decente, comida, roupa lavada e trezentos reis diários em dinheiro.

<sup>52</sup> *O Atleta*, 1918, n.º 21: 2.

<sup>53</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE Gaia, 1907: 15.

<sup>54</sup> AMSMB/CMVNG – *Obra Municipal de planta D. Pedro V onde o Ministério do reino deseja construir uma escola* (1904).

Gaia, Bernardo Lucas, chamava ainda à atenção do ministro da Instrução para o caso do «legado Mourão»:

*Essa quantia esteve depositada numa casa bancária do Porto à ordem do juiz da 2.<sup>a</sup> vara da mesma cidade, sendo depois transferido pela Direção das Construções Escolares para a Caixa Geral de Depósitos, supondo-se que teria levado descaminho.*

*Em 1906, o sr. Dr. Afonso Costa dirigiu a esse respeito uma interpelação ao governo de então e o sr. João Franco ordenou que essa verba só fosse aplicada à construção dessa escola a cujas obras mandou proceder.*

*Dada a implantação da República, foram sustadas essas obras por supor-se que poderia ser adaptado um terreno que passava a ser pertença do Estado por ter pertencido a uma corporação religiosa; mas como essa questão está ainda pendente da resolução do tribunal de Gaia, o dinheiro continua na Caixa Geral de Depósitos e os desejos do falecido Manuel Mourão permanecem sem que lhes dê execução»<sup>55</sup>.*

Em janeiro de 1915, no jornal *O Povo de Gaya*<sup>56</sup>, relata-se a ação do mesmo deputado em prol da concretização do legado, requerendo na Câmara de Deputados uma certidão de todo o processo. O articulista manifesta-se desacreditado em relação ao já célebre “legado Mourão” que, nos seus diversos aspetos e episódios, era suficiente para: «documentar numa síntese eloquente o que valeu a burocracia dos tempos da monarquia que, afinal, [era] a mesma [daqueles] primeiros tempos da República». Na mesma época, um processo da Comissão Central de Execução da Lei da Separação, intenta a cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor, nas proximidades do local em questão, para a instalação de uma escola o que não veio a acontecer<sup>57</sup>.

O caso do “legado Mourão” não era único no país. De tal modo que o ministro da Instrução Pública à época, Lopes Martins, apresenta uma proposta de lei com o objetivo de autorizar o Governo a abrir créditos especiais, a fim de se entregar às autarquias as quantias legadas para a construção de escolas. Nesse rescaldo, Bernardo Lucas, mais uma vez, lembra o incumprimento do legado mafamudense<sup>58</sup>.

Em 1917, em sessão de 7 de agosto, da Câmara de Deputados, discutia-se a construção de novas escolas, a conveniência dos terrenos onde se implantavam e os próprios projetos. Nela toma parte o deputado Almeida Garrett fazendo um ponto da situação da instrução nacional. Começa por manifestar a sua discordância em relação ao aumento do número escolas, indicada como a medida mais eficaz no

<sup>55</sup> *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 23.03.1914: 18.

<sup>56</sup> *O Povo de Gaya*, 1915, n.º 4: 2.

<sup>57</sup> AMSMB/CMVNG – *Cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor para instalação de uma escola [...] (1915).*

<sup>58</sup> *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 19.08.1915: 16.

combate ao analfabetismo. Defende, como alternativa, a obrigatoriedade da frequência escolar acompanhada da assistência das cantinas escolares. Essa obrigatoriedade, seria, no seu entender, conseguida através de penas severas aplicadas aos pais e bônus aos professores que fiscalizassem a assiduidade e que conseguissem as melhores graduações nos alunos aprovados a exame. Em relação ao programa de ensino primário e aos rumores da sua alteração deixa, de antemão, o seu protesto contra qualquer aumento ou complicação. Na sua opinião o ensino deveria ser eminentemente prático e termina com o caso do “legado Mourão”:

*Sr. Presidente: neste capítulo de instalações escolares [...] citarei, já que vem a propósito, um caso muito curioso que mostra bem como o Estado tem desprezado a construção dos edifícios escolares apropriados. Há vinte anos, um benemérito de Vila Nova de Gaia deixou um legado de seis contos para a construção duma escola primária em Mafamude que não possui nenhum estabelecimento dessa natureza. Os herdeiros desse benemérito quiseram efectivar a vontade do falecido, construindo a escola; pois foram tantos os empecilhos que se levantaram para a realização desse melhoramento que só pouco antes da proclamação da república no ano económico de 1909-1910- é que um vereador da Câmara de Gaia<sup>59</sup> conseguiu com muita dificuldade, que se começasse a levantar o edifício no terreno que, já em vida do doador, tinha por ele sido escolhido, de acordo com a Câmara Municipal. Levantaram-se as paredes e o Ministro do Reino desse tempo prometeu que o Estado daria para a ajuda da obra, uns dois ou três contos de reis. Veio depois a República e o edifício lá está ainda, apenas com as paredes de pé e mais nada; porque se entendeu que seria conveniente escolher um outro terreno para a instalação da escola<sup>60</sup>!*

Com efeito decorria a Grande Guerra, tempos intranquilos, desorganizados, e a ação da autarquia conjugava esforços pela conclusão da avenida e pela construção do seu “palácio”, como se chegou a ironizar, na Câmara de Deputados, sobre a edificação dos Paços do Concelho<sup>61</sup> em Vila Nova de Gaia. Durante a presidência de Ângelo Mendonça da Cunha Morais<sup>62</sup>, a Câmara tentou adquirir o edifício do

<sup>59</sup> Nesta altura, a vereação municipal era presidida por Joaquim Augusto da Silva Magalhães e tinha, como vereadores, António José Moreira de Sousa, Domingos da Rocha Romariz, João Gomes da Silva Guerra, Joaquim Alves do Príncipe e Silva, José Pinto Amorim da Costa, Manuel Francisco Gomes Júnior, Manuel Martins Guimarães e o Dr. Rodrigo Óscar Ferreira.

<sup>60</sup> *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 07.08.1917: 11-13.

<sup>61</sup> Discutia-se a continuidade do imposto *ad valorem*, cobrado pelas câmaras municipais, alegadamente fonte para despesas supérfluas, vd. *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 06.09.1922.

<sup>62</sup> Foi Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia. Nasceu em Luanda em 1897 e morreu em Crestuma em 1968. O industrial têxtil foi opositor ao governo sidonista, chegando a estar preso por alegada conspiração política. Já durante a ditadura militar, foi suspeito de fabricar bombas pela PIDE. Cf. *Memória do Município* [...], [s.d.]: 161-162.

Cine-Parque da Avenida para aí instalar a Escola Mourão, o que não chegou a verificar-se<sup>63</sup>.

Principiava o ano de 1926 e a Junta reclamou, novamente, junto do sr. Ministro da Instrução, uma vez que as escolas presentes não satisfaziam os preceitos de higiene, sugerindo que no caso de não ser possível construir novas, pelo menos, que se procedesse aos melhoramentos das já existentes, aproveitando o legado de Manuel Pinto Mourão. Para representação da junta, foi incumbido o paroquiano João Pinto de Azevedo<sup>64</sup>, visto este ter conhecimentos pessoais com o Ministro da Instrução, José Alfredo Magalhães<sup>65</sup>.

De resto, na segunda década do século XX, o estado precário das instalações escolares oficiais mantinha-se, bem assim, como o interesse de alguns vilanovenses no estabelecimento de escolas condignas, desta que era a segunda freguesia de Gaia. E, mais uma vez, se avivou a memória do legado Mourão. Porém, com o decorrer dos tempos a quantia legada tinha-se tornado insuficiente e, por outro lado, os alicerces-ruínas da Escola Mourão eram, agora, motivo de polémica pois destoavam no moderníssimo arranjo paisagístico do Jardim Soares dos Reis. Hugo Braz, colaborador do jornal *A Terra de Gaia*, chegou a sugerir a compra de uma propriedade que se encontrava à venda no mesmo lugar, a fim de ser adaptada a edifício escolar. Assim: «já a escola não ensombra[va] o jardim, já o jardim não imped[ia] a instalação da escola»<sup>66</sup>. Mas ainda não era desta vez que se se cumpria o legado.

A imprensa do concelho mostrava, mais uma vez, a indignação e agitação gerada em torno deste legado, ecoando a necessidade de dar: «à populosa, comercial e industrial freguesia de Mafamude»<sup>67</sup> aquilo que consideravam um incontestável direito. Em 22 de maio de 1927, a localidade teve honras de receber a visita do sr. Ministro da Instrução ao prédio do casal António da Costa Portela e D. Helena Alice Andressen Portela, na Rua Marques Sá da Bandeira, a fim de se verificar se ali poderia ser instalada a escola Mourão Pinto, que seria a escola oficial da freguesia para ambos os sexos<sup>68</sup>. No ano seguinte, a Câmara de Gaia compra esse mesmo prédio para a instalação das ditas escolas<sup>69</sup>.

<sup>63</sup> *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

<sup>64</sup> COSTA & MOREIRA, 2001: 462.

<sup>65</sup> Foi médico, publicista e político durante a 1.ª República e o Estado Novo. Entre outras funções, foi o 4.º reitor da Universidade do Porto, ministro da instrução e presidente da Câmara Municipal do Porto. Cf. ALVES & ARAÚJO, 2011: 84-97.

<sup>66</sup> *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

<sup>67</sup> *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

<sup>68</sup> COSTA & MOREIRA, 2001: 463.

<sup>69</sup> AMSMB/CMVNG – *Escritura de compra de um prédio [...]* (1928).

Contudo, em dezembro de 1929, na vereação de Augusto António de Macedo Pinto, é o casal José Pinto Moreira dos Santos e Maria Nunes d'Almeida, moradores no Lugar de Laborim de Baixo, que cede um terreno à Câmara para aí se edificar a Escola Municipal Pinto Mourão, primária para ambos os sexos, o que vem definitivamente a acontecer. Lavrada na escritura ficou a promessa de a câmara dar início à construção do edifício escolar no prazo de seis meses a contar da data da escritura e a concluí-lo em dois anos<sup>70</sup>. E, aqui, foi, finalmente, construída a escola (fig. 1)! Através de uma notícia do *Comércio de Gaia*<sup>71</sup> sabemos que, em meados de 1931, se adjudicaram as obras de pintura, serralheiro, picheleiro e muro de vedação.



**Figura 1.**  
Escola Pinto Mourão<sup>72</sup>.  
Fonte: fotografia do autor

Porém, em pleno Estado Novo, o legado Mourão era ainda fonte de suspeitas e confusões. Em 1943, a junta de freguesia de Mafamude recebe um ofício das Finanças, no qual se questionava sobre o embargo da construção da escola no jardim Soares dos Reis e da aplicação das pedras resultantes da demolição. Remeteu a mesma um ofício, informando do seu desconhecimento pelas razões do embargo. E, relativamente às pedras, estas tinham sido aplicadas na construção do edifício escolar, construído no lugar de Laborim de Baixo<sup>73</sup>.

O “legado Mourão” foi um desses exemplos de filantropia que esbarraram com diversos obstáculos, desde empecilhos burocráticos, a mudanças nas cadeiras do poder, até à resistência do povo rural, e que tardaram a massificação da alfabetização e a educação dos portugueses. Para finalizar a história do “malfadado legado Mourão”, retomo o discurso sarcástico do deputado Almeida Garrett:

*Sr. Presidente: voltando ao assunto, sou do parecer que, para ensinar as crianças, são melhores as mulheres do que os homens, e entendo mesmo que seria uma medida de boa*

<sup>70</sup> AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação [...] Escola Pinto Mourão*: 26.12.1929.

<sup>71</sup> *Comércio de Gaia*, 1931, n.º 24: 2.

<sup>72</sup> Projeto assinado por Mário Leitão (engenheiro chefe) e Alberto Ponce de Castro (desenhador). Edifício com características singulares, organizado na horizontal, com fachada generosamente rasgada por janelas, encimada por duas volutas que acolhem o brasão municipal.

<sup>73</sup> COSTA & MOREIRA, 2001: 468.

*economia nacional fazer com que, de futuro, todos os professores de instrução primária fossem do sexo feminino, porque as mulheres têm qualidades de paciência e de tato para conduzir as crianças muito superiores às dos homens. Isto tem, no momento presente, uma importância muito considerável»<sup>74</sup>.*

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção destas três escolas em Vila Nova de Gaia – Cabanões, Palheirinho e Manuel Pinto Mourão –, enquadra-se num movimento nacional de luta contra o analfabetismo que, na segunda metade do século XIX, caminhou lado a lado com a consolidação do Liberalismo e com a chegada da burguesia ao poder. O impulso para a criação destas três instituições educativas surgiu na viragem para o século XX, um período de republicanismo crescente, durante o qual a legislação produzida foi acompanhada pelo apoio determinante da iniciativa individual e, também, da Maçonaria, tema este que terá o aprofundamento merecido no estudo doutoral que nos encontramos a desenvolver.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Documentais

- Acervo Documental Agrupamento Fernando Guedes/ Escola do Palheirinho (ADFG/EP) – *Correspondência Recebida na Escola Oficial de Avintes* [1897-1905].
- ADFG/EP – *Inventário de Mobília Escolar. Avintes* (1902-1931).
- ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905).
- ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931). *Escola Elementar para o sexo masculino da freguesia de Avintes Concelho de Vila Nova de Gaya 3.ª Circunscção escolar.*
- ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Registos de Passaporte, 1867-1868, Livro 52, f. 75v.
- ADP – Registos de Passaporte, 1874, Livro 62, f. 131v.
- Arquivo Municipal SoPHia de Mello Breyner/Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (AMSMB/CMVNG) – *Cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor para instalação de uma escola em Mafamude* (1915).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura da compra de um prédio para a escola Pinto Mourão* (1928).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de devolução de inscrições de valor nominal relativas à escola da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro, que será aplicado na conservação do edifício material escolar e assistência aos alunos* (1926).

---

<sup>74</sup> *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 07.08.1917: 11-13.

- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de mobília e material escolar para a escola mista a crear no lugar da Afurada* (1914).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de mobília escolar para a escola mista, a criar, no lugar de Alheiras, freguesia de Pedroso* (1914).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de terreno para a Escola Pinto Mourão* (1929).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de um prédio para servir como escola da localidade*, (1921).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação que a Câmara faz ao Estado do edifício onde está instalada a escola do “Santíssimo Sacramento” no lugar da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro* (1926).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de entrega de prédios, mobiliário e dinheiro para funcionamento de escola gratuita* (1910).
- AMSMB/CMVNG – *Obra Municipal do Projecto da Escola Municipal Pinto Mourão* (1929-1931).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de António Coelho Moreira*, pasta n.º 46, doc. n.º 17 (1905).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de António Pereira*, pasta n.º 46, doc. n.º 39 (1914-1915).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de Maria de Barros da Costa Bastos*, pasta n.º 23, doc. n.º 49 (1907).
- AMSMB/CMVNG – *Testamento de Manuel Pinto Mourão* (1897).

## Fontes Hemerográficas

- Atleta (O)*, n.º 21, 1898.
- Comércio de Gaia (O)*, n.º 24, 1931.
- Commércio do Porto (O)*, n.º 271, 1891.
- Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, n.º 171, 1883.
- Povo de Gaia (O)*, n.º 4, 1915.
- Terra de Gaia (A)*, n.º 9, 1927.

## Fontes Impressas

- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1907) – *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes nos annos de 1905 e 1906*. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza.
- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1908) – *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes no ano de 1907*. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza.
- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1910) – *Apontamentos Estatísticos do Ano de 1909*. Gaya: Tip. de Francisco Martins Barboza.
- Instituto Nacional de Estatística (1864-1900) – *Recenseamento Geral da População (Censos, I a IV)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MONTEIRO, Heitor Campos, *dir.* (1894) – *Almanak do Porto e seu distrito para 1885*.

## BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, Áurea; SILVA, Carlos Manique da; PINTASSILGO, Joaquim, org. (2012) – *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- AFONSO, José António (1994) – 1883 – *Tempo de criação de uma escola (Arcozelo – Vila Nova de Gaia)*. «Boletim Cultural Amigos de Gaia», n.º 37, pp. 53-59.
- AFONSO, José António (2001) – *Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia)*. «Anales de Historia Contemporânea», 17, pp. 415-434.
- (2004) – *A construção de uma escola protestante: o caso da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia), 1883-1923*. In GOMES, António org. – *Escolas, Cultura e Identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 62-65.
- (2006) – *Protestantismo e educação: história de um projecto pedagógico em Portugal na transição do séc. XIX*. Braga: IEP-UM. Tese de Doutoramento.
- AFONSO, José António; Lacerda, Silvestre (1995) – *Memórias da Escola do Torne*. In *Gaia de há Cem Anos – Colóquio Comemorativo Centenário da Igreja do Torne*. Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial S. João Evangelista, pp. 169-223.
- ALMEIDA, Luís Gomes Alves (1985) – *Notas Biográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.
- ALVES, Jorge Fernandes; ARAÚJO, Francisco M. (2011) – *Alfredo de Magalhães: IV Reitor da Universidade do Porto, desde 1926 a 1928*. In SILVA, Francisco Ribeiro da, coord. – *Os Reitores da Universidade do Porto: 1911-2011*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 84-97.
- ALVES, Luís Alberto Marques (2000) – *O Brasileiro: Ausência e Presença no Portugal Oitocentista*. In Comissão Nacional Descobrimetos Portugueses, org. – *Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: CNDP, p. 41-59.
- (2006) – *A história local como estratégia para o ensino da História*. In Departamentos de História & Ciências e Técnicas do Património, org. – *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, vol. 3, p. 65-72.
- BAPTISTA, Eva [no prelo a] – *A Festa escolar em Avintes na aurora do século XX*. Avintes: Abientes-Centro de Documentação e Investigação em História Local.
- [no prelo b] – *Manuel Pinto Mourão*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, coord. geral – *Levantamento do Património Cultural de Vila Nova de Gaia. Personalidades*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- CASTANHEIRA, Manuel Luís Pinto (2006) – *Escola Infantil de Bragança (1915-1934): Modernidade Pedagógica e as 1.ªs práticas de educação de infância no interior*. Lisboa: FPCEUL. Tese de mestrado.
- CONDE, António Adérito Alves (2010) – *A precocidade das ideias educativas republicanas de Osório Gondim*. Comunicação apresentada no «XXI Fórum Avintense 2010» realizado na sede da Junta de Freguesia de Avintes nos dias 26 e 27 de novembro de 2010.
- (2012) – *O “Caminho Novo” e o benemérito Manuel da Costa Soares*. «Revista do Clube Recreativo Avintense», n.º 31, pp. 17-20.
- CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez (1991) – *Ensino Primário Privado no distrito do Porto em 1875 – dois exemplos: Vila Nova de Gaia e Baião*, In Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, org. – *Ciências da Educação em Portugal. Situação atual e perspectivas*. Porto: SPCE, pp. 667-672.

- COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda (2001) – *S. Cristovão de Mafamude. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Junta de Freguesia de Mafamude.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro (2004) – *A instrução primária entre o abandono, a filantropia e a acção do “Brasileiros” no século XIX e XX em Portugal*. In GOMES, António Ferreira org. – *Escolas, Cultura e Identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. 2, pp. 269-691.
- GONDIM, Innocencio Osorio (1892a) – *Discurso proferido na Festa Escolar da Árvore do Natal, realizada pelo Club Recreativo Avintense nas Escolas Paroquiais de Avintes em 25 de Dezembro de 1891*. Porto: Imprensa Moderna.
- (1892b) – *Discurso proferido no Club Recreativo Avintense na Festa de Recepção oferecida ao socio benemérito João Manoel Gonçalves em 1 de maio de 1892*. Porto: Imprensa Moderna.
- (1887) – *Luz natural e artificial das escolas. Dissertação inaugural*. Apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto. Porto: Typ. Ocidental.
- GONDIM, Inocêncio Osório Lopes, [s.d.] – *Avintes e suas antiguidades*. Avintes: Junta de Freguesia.
- GRAINHA, M. Borges (1913) [1976] – *História da Maçonaria Franco Maçonaria em Portugal 1735-1912*. Lisboa: Editorial Veja.
- LEAL, Pinho (1816-1884) [1990] – *Portugal antigo e moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias. [...]*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão [Braga: Reed. da 1.ª ed. de 1874 fac-similada].
- PARREIRA, Fernando; COUTINHO, Helena; VIANA, Maria; et al. (2003) – *S. Pedro de Vilar do Paraíso. Subsídios Monográficos*. Vilar do Paraíso: Edição da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso.
- PINTASSILGO, Joaquim (1998) – *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2012) – *Experiências republicanas e intervenções educativas (o exemplo da I República portuguesa, 1910-1926)*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/10732>>. [Consulta realizada em 27/06/15].
- PROENÇA, Cândida, coord. (2014) – *O pensamento pedagógico republicano. Antologia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa (1987) – *Sto. Estevão de Guetim – A paróquia – (Subsídios para uma monografia)*. Vol. I, Anta: Edição de autor.
- SANTOS, Licínio (2014) – *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: FLUP. Tese de Mestrado.
- VAZ, José (2012) – *O Clube Recreativo Avintense e as Elites de Avintes*. «Caminho Novo», n.º 31. Avintes: Clube Recreativo Avintense.
- (2015) – *A Escola de Cabanões – O Templo da Instrução – 1885*. Avintes: Abientes-Centro de Documentação e Investigação em História Local.

